

PORQUE NÃO ACEITAMOS O PACTO SOCIAL

CUT

A Aliança Democrática, através de seu candidato, Tancredo Neves, está propondo a toda a sociedade um pacto social. Como durante 20 anos de ditadura militar, nós fomos governados por decretos-lei e pacotes, a proposta parece totalmente "nova" e de "interesse" dos trabalhadores. O candidato da Aliança Democrática chega a afirmar que, com este pacto, estaremos construindo uma nova República.

A CUT está lançando este documento para dizer porque não aceita o **pacto social** e para conclamar a todos os trabalhadores para a luta de resistência contra os que querem (sob novas formas e em troca de migalhas) dar continuidade ao arrocho e controle político sobre a classe trabalhadora.

1. Um pacto entre partes desiguais

Em primeiro lugar, vejamos o que é um pacto. Um pacto significa um contrato social — nós sabemos que só há um contrato quando as partes envolvidas são iguais. Ora, o pacto que é proposto aos trabalhadores envolve partes totalmente desiguais: eles são os patrões e nós somos os trabalhadores. Além disso, não temos liberdade e autonomia sindical a greve é proibida por lei, o governo pode intervir nos sindicatos e cassar diretorias legitimamente eleitas.

Logo, o que está sendo proposto, não é um pacto mas uma aliança. Isto é, estão nos propondo entrar para a Aliança Democrática que é dirigida por eles. Quando a Aliança Democrática fala em pacto social para criar uma nova república, está querendo dizer, pelo menos, duas coisas:

politicamente, vão ser criados mecanismos que possibilitem um avanço da democracia, mas os trabalhadores e suas organizações serão mantidos sob controle e nos limites do projeto político das classes dominantes.

economicamente, em "novos moldes", será retomado o crescimento econômico que possibilitará uma nova fase da dominação e exploração capitalista no Brasil.

2. Uma triste história de pactos no Brasil

Se recuperarmos nossa história, veremos que, para os trabalhadores, esta história de pacto social não é nova. Todas as vezes que se aprofunda a crise do capitalismo no Brasil e os trabalhadores avançam em organização e lutas, os patrões vêm com esta proposta. Vejamos a história.

1930

Em 1930, quando de uma profunda crise do capitalismo, acentuada pela queda da Bolsa de Valores de Nova York (1929), o candidato da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, propôs a paz social, pois, segundo ele, as organizações de trabalhadores, "em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado". As organizações e partidos políticos (PCB) que, na época, representavam os trabalhadores, aceitaram a proposta, entendendo-a como de interesse dos trabalhadores.

E o que aconteceu? No Brasil houve um grande desenvolvimento industrial. A sociedade que era, essencialmente agro-exportadora, caminhava para se transformar numa sociedade urbano-industrial (1930-1945). No mesmo período, as condições de vida e os salários da maior parte dos trabalhadores pioraram. Os sindicatos sofreram violentas intervenções, as greves foram reprimidas, lideranças do movimento foram presas, torturadas, deportadas, assassinadas. Por fim, o governo promulgou uma legislação fascista que atrelou os sindicatos ao Ministério do Trabalho, para controlar as atividades e as organizações dos trabalhadores (lei n.º 19.770, de 1931 e CLT-Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943). Tudo isto, visando assegurar, sem resistência dos trabalhadores, a expansão industrial do Brasil.

1945

Apesar da existência desta legislação fascista, apesar das intervenções nos sindicatos, das prisões, dos assassinatos, deportações, apesar da existência de um governo ditatorial, a partir de 1945 as greves e manifestações dos trabalhadores vão aumentando. Uma forte oposição à ditadura, formada pelos trabalhadores, intelectuais estudantes, etc., começa a se articular. Antes mesmo da deposição de Getúlio Vargas, as classes dominantes propõem aos trabalhadores um pacto social. No momento em que avançam as lutas e as formas de organi-

zação dos trabalhadores e o país caminha para a redemocratização os patrões propõem um pacto social, para "assegurar dentro do país, um largo período de cooperação, para que se possa processar o desenvolvimento de suas forças produtivas e a elevação do padrão de vida do brasileiro". Os partidos e organizações (PC) ligadas aos trabalhadores aceitaram o pacto. Deposto Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, convocaram-se, imediatamente, eleições diretas. Com a eleição do General Eurico Gaspar Dutra para Presidente (1946), a proposta do pacto social avança e, a partir de 1946, os reformistas (PCB), que, praticamente controlavam o movimento sindical, atuam no sentido de, por um lado desmobilizarem as greves, de outro lutarem pela liberdade e autonomia sindical.

No período de 1946/1950, a aceitação do pacto significou para os trabalhadores: manutenção da legislação fascista de atrelamento do sindicato ao Estado; queda do poder aquisitivo dos salários, com a constante elevação dos preços; não obtenção de nenhum aumento salarial; contínuas intervenções nos sindicatos. Neste período, dos 944 sindicatos existentes no país, cerca de 400 sofreram intervenção. Proibição do direito de greve pelo decreto-lei 9.070, cassação do registro do PCB, que saíra das eleições como o quarto partido do país, cassação do mandato de todos os seus parlamentares: senador, deputados federais e estaduais, com prisões de alguns deles. A redemocratização, que foi conquistada no processo de lutas de toda a sociedade, com a ativa participação dos trabalhadores, ao traduzir-se no pacto social aceito pelo movimento sindical, para os trabalhadores significou miséria e repressão. "Democracia sim, mas sem a classe operária".

No período 46/50, a aceitação do pacto significou a manutenção do atrelamento dos sindicatos ao Estado e a permanência de toda a legislação sindical fascista.

1950

O governo seguinte Getúlio Vargas, que assumiu em 1951, eleito pelo voto direto, discursando no ginásio do Vasco da Gama, em 1.º de Maio de 1951, propôs aos trabalhadores um pacto social para edificar uma nova era. "Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de longa jornada (...) Preciso de vossa união; preciso que formeis um bloco forte e coeso ao lado do governo (...) Trabalhadores do Brasil (...) o povo me acompanha na esperança de que meu governo possa edificar uma nova era de verdadeira democracia social e econômica (...)".

Getúlio queria o apoio das massas trabalhadora para levar seu projeto de industrialização, sua política de protecionismo econômico e suas soluções nacionalistas. Em contrapartida ao apoio recebido dos trabalhadores e de suas organizações ligadas ao PTB e PCB, Getúlio manteve a legislação fascista de atrelamento do sindicato ao Estado, concedeu um aumento salarial que não repôs as perdas salariais. Se tomarmos o ano de 1940 como base, (igual a 100) em 1943 os salários dos trabalhadores na indústria, seriam 104. Em 1946 caíram para 90; em 1949, para 87; em 1952, para 64; 1955 para 58. Manteve as intervenções nos sindicatos e a cassação do PCB.

1954

O suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, significou a vitória das forças políticas que defendiam o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. Abrir as portas do Brasil à maciça penetração do capital estrangeiro, foi a tarefa do governo Juscelino Kubitschek (1956/60).

Para conseguir seu ambicioso projeto de levar o Brasil a crescer 50 anos em cinco, Juscelino precisava do apoio de toda a sociedade e dos vastos recursos das multinacionais.

Juscelino conseguiu um amplo pacto social que gerou toda uma euforia desenvolvimentista no Brasil. Segundo ele, "graças à compreensão entre empregados e empregadores, puderam levar-se a bom termo os entendimentos, as soluções adequadas, mesmo quando as greves chegaram a deflagrar. Estas de pouca duração, não produziram sensíveis abalos na estrutura econômica ou na harmonia social (...)". Realmente, em certos setores, o Brasil cresceu 50 anos. Em 1956, quando Juscelino assumiu, o Brasil montava 2.700 carros por ano. Em 1961 quando ele saiu, fabricávamos 370.000 carros por ano.

Este crescimento vertiginoso foi conseguido com uma super exploração da força de trabalho, na cidade e no campo. Apesar do aumento da produtividade de trabalho, o governo manteve uma política de arrocho salarial, assim como a repressão aos movimentos grevistas. Permaneceu a legislação de atrelamento do sindicato ao Estado e a cassação do registro do PCB. A expansão acelerada do capitalismo no campo, através de grandes projetos agropecuários e de rodovias, expulsou milhares de trabalhadores da terra, proletarizando-se no campo ou nas periferias das cidades.

Este acelerado processo de expansão do capitalismo no campo e na cidade, com a conseqüente concentração de capital e a maciça penetração do capital estrangeiro no país, contraditoriamente, fez crescer a classe operária e avançar seus níveis de consciência, de luta e organização.

1960

Os trabalhadores passaram a exigir profundas reformas de base. Reformas que tanto podiam rearticular a expansão capitalista no país, como promover uma ruptura com o capitalismo rumo ao socialismo. O pacto social proposto por João Goulart (1961/1964) atendendo ao próprio avanço da luta de classes no Brasil, significou a participação dos trabalhadores e de suas organizações no governo, para promover as chamadas "reformas de Base". A resposta das classes dominantes ao avanço das formas de luta e organização dos trabalhadores, foi chamar os militares para ajudá-las a dar o golpe em 1964.

1964

Nestes 20 anos de ditadura militar, aceleraram-se as condições para a expansão do capitalismo no campo e na cidade. Hoje, no campo, não há mais lugar para o trabalhador. O campo é para a soja, a cana, o gado, etc.. Formaram-se os grandes conglomerados nacionais e multinacionais que querem expulsar os trabalhadores, proletarizá-los, tomar-lhes suas terras. Mas sob a forma de posseiros, bóias-frias, sem terra, parceiros, meeiros, os trabalhadores resistem à expulsão e proletarização.

Na cidade, formaram-se, também, grandes conglomerados nacionais e internacionais que, à base de uma violenta política de arrocho salarial, têm lançado na miséria, milhões de trabalhadores. A exploração capitalista tem atingido, também, os setores médios da população, que vivem hoje um rápido

Editado sob responsabilidade da Direção Nacional da CUT — Central Única dos Trabalhadores
Sede Nacional: Rua Ouvidor Peleja, 242
Tel.: (011) 276-2290 - São Paulo - SP
Jornalista responsável: F. Pachalski (MT 14.839)

processo de empobrecimento. Mas, uns e outros, através de greves e manifestações, resistem.

A extrema concentração de capital em mãos de poucos, implantada nestes 20 anos de ditadura militar no Brasil, se, de um lado, lançou na miséria milhões de trabalhadores, de outro, fez avançar seus níveis de consciência e organização. Hoje, na consciência de milhões de trabalhadores está nítido que o nosso principal inimigo é o capital. De um lado estamos nós, os trabalhadores, de outro, estão os patrões. — Não dá mais para fazer pactos.

1985 Foi neste processo de avanço da consciência de classe e das lutas dos trabalhadores que nasceu a CUT. A CUT veio para unificar as lutas dos trabalhadores e ajudar a consolidar o bloco dos que lutam pela independência de classe dos trabalhadores. É por isto que todos aqueles que lutam pela independência de classe dos trabalhadores, independente do partido político a que pertençam, estão na CUT. E, todos aqueles que aceitam continuar fazendo pactos com a burguesia, estão com a CONCLAT, ou com os pelegos tipo CNTI.

Como a burguesia tem boa memória e, agora mais do que nunca, tem um enorme grupo de intelectuais (que, inclusive, até ontem, estavam do lado dos trabalhadores) para ajudá-la a manter viva sua memória e realizar seus projetos, ela sabe o quanto lucrou com todos os pactos que historicamente propôs aos trabalhadores. É bom, nós trabalhadores recuperarmos nossa memória e recordarmos os prejuízos que tivemos com os pactos.

Por isto, a CUT diz **não ao pacto social proposto pela Aliança Democrática**. É possível que venha por aí, um "novo 1945 - Redemocratização sim, mas sem a classe operária".

3. Não podemos dar legitimidade a quem não tem

Dentro do processo sucessório brasileiro atual está se levantando a questão do pacto social como a fórmula para dar legitimidade a quem não tem. A CUT reafirma a sua posição tirada no seu 1º Congresso Nacional e retoma no **Manifesto ao Povo Brasileiro** lançado em Brasília no dia 10 de outubro/84 por ocasião do lançamento da Campanha Nacional de Luta:

"Fiel ao movimento que milhões de brasileiros desencadearam e fiel às resoluções do seu 1º Congresso Nacional, a CUT continua lutando pelo fim do regime militar e contra a candidatura de Maluf que expressa a sua continuidade. E também a CUT se posiciona firmemente contra a proposta da Aliança Democrática e a candidatura de Tancredo Neves-Sarney, porque representa a conciliação com o regime, a preservação dos acordos com o FMI e a traição da vontade democrática e das reivindicações mais elementares do povo brasileiro."

4. Um pacto para pagar a crise

A CUT entende que a Aliança Democrática, ao propor o pacto social, deseja, na verdade, comprometer politicamente os diversos setores da sociedade em seu projeto de governo. O pacto social é um engodo político para o futuro governo liberal continuar com a política de arrocho salarial, uma exigência do FMI e dos grandes grupos econômicos. Desta forma, governo, patrões e trabalhadores, no entender da Aliança Democrática, devem se unir para fazer frente à situação de crise brasileira. Dentro desta proposta de pacto social a Aliança Democrática pretende continuar descarregando, o peso

da crise sobre os trabalhadores. O que significa, afinal, este pacto social proposto pela Aliança Democrática?

O próprio candidato deixou claro quando afirmou, em seu discurso de 09 de novembro de 84 no 1º Encontro de Confederações e Federações de trabalhadores promovido pela CNTI, o seguinte:

- É necessário "criarmos um grande pacto social de que participem todos os segmentos da sociedade e de todas as categorias profissionais, das mais altas às mais humildes. Mas dentro deste pacto social, fixadas metas de política social, possamos alcançar um período de segurança e tranquilidade social num prazo de seis ou nove meses, até que nós possamos realmente dominar essa fera faminta que é a inflação." Isto significa que os trabalhadores deverão apertar mais ainda o cinto e tentar dominar uma fera que governo e patrões criaram, alimentaram e soltaram por este país afora.

- Com relação à dívida externa de 100 bilhões de dólares, dívida essa criada pela política econômica do governo e dos patrões e não pelos trabalhadores a Aliança Democrática afirma: "nós devemos e queremos pagar o que devemos". Contudo quem paga é o trabalhador.

- "Combate-se a inflação com o trabalho, muito trabalho e muito trabalho." Isto quer dizer que os trabalhadores deverão produzir mais, fazer mais sacrifícios e aguentar o arrocho salarial.

- Para alcançarmos estes objetivos, os trabalhadores "podem dar uma contribuição substancial em termos de assegurar um clima de compreensão e de convivência social que permite realmente uma tranquilidade às atividades administrativas e governamentais para que elas possam atingir as suas metas..."

O pacto da Aliança Democrática representa a tentativa de conciliação com o regime de 64, a preservação dos acordos com o FMI, a traição da vontade democrática da nação.

Aqui a Aliança Democrática não só pede aos trabalhadores que fiquem quietos e que tenham paciência, mas, insinua que, de certa maneira, os trabalhadores são os responsáveis pelas desordens econômicas, sociais e políticas que existem neste país, o que nós trabalhadores não podemos concordar e nem aceitar.

- Falando sobre o direito de greve a Aliança Democrática afirma claramente que deve ser mantida a Lei de Greve e que apenas deve ser disciplinada. Afirma ainda que a greve é nociva. Vejamos as palavras do candidato: "precisamos disciplinar (a greve) em termos das novas condições, das novas imposições da vida moderna". A greve "não é um instrumento mais eficiente para fazer justiça ao operário". "A greve é nociva a todos quando mal conduzida e mal orientada". Outra vez aqui a Aliança Democrática insinua que os trabalhadores não sabem conduzir e orientar bem a questão da greve e que usam mal este instrumento.

Todos nós sabemos que mesmo com a conquista da livre negociação e da autonomia sindical, ainda assim, os trabalhadores necessitarão fazer uso deste grande instrumento de luta que é a greve.

- Com relação ao campo a Aliança Democrática afirma: "O que nós queremos em favor dos trabalhadores rurais é por em prática o Estatuto da Terra e não precisamos mais do que isso".

Ora, sabemos que uma reforma agrária hoje no Brasil tem que ir muito mais além do que isso, ou seja:

Garantir basicamente que a reforma agrária seja feita sob controle dos trabalhadores rurais, terra e todas as condições para nela trabalhar.

Ao analisar todas essas afirmações (e não estamos apontando todas) podemos entender melhor o que é esta proposta de pacto social. Hoje, ele significa, pelo menos o seguinte, para resumir:

- os trabalhadores devem continuar a pagar a dívida externa com seu próprio suor;
- os trabalhadores devem trabalhar mais para baixar a inflação;
- os trabalhadores devem apoiar uma política econômica que continua arrochando os salários;
- os trabalhadores devem aceitar as regras do jogo imposta pelo Fundo Monetário Internacional;
- os trabalhadores devem aceitar e engolir o processo eleitoral indireto como o instrumento para dar legitimidade e representatividade ao próximo presidente da República;
- os trabalhadores devem se manter quietos, não fazer greves, não reivindicar e continuar com seus sindicatos sob controle do Estado;
- os trabalhadores rurais devem se contentar com a aplicação da Lei que já existe e ter paciência que um dia poderão ter acesso à terra etc.;
- os trabalhadores devem esperar pelo crescimento econômico para ter uma educação mais decente e um sistema de saúde mais eficiente.

Tudo isto, trabalhadores da cidade e do campo, é o pacto social. Numa palavra, outra vez, os trabalhadores tem que pagar pela chamada crise do sistema. Este é o convite que a Aliança Democrática, através de seu candidato, está fazendo aos trabalhadores: manter o arrocho salarial e o controle político sobre os trabalhadores. Em troca disto: uma promessa de uma possível mudança e talvez algumas migalhas para apaziguar os ânimos de milhões que sofrem fome.

Vale a pena lembrar que a lei salarial 7.238 só foi aprovada no Congresso Nacional porque os parlamentares da Aliança Democrática, apesar de terem maioria no Senado, aceitaram a emenda Marchezan em troca da regulamentação do Colégio Eleitoral, negociando com isto os interesses dos trabalhadores.

5. Repudiamos o pacto aceito pelas Confederações e Federações

A CUT quer deixar bem claro que a atitude de um certo número de Confederações e Federações que já atenderam ao chamado da Aliança Democrática, concordando com este pacto social em troca de migalhas, em troca de algumas reivindicações pouco definidas e em troca da regulamentação de alguns itens sindicais, tal atitude deve ser repudiada por todos os trabalhadores da cidade e do campo.

Em primeiro lugar, porque estas Confederações e Federações que já se ajoelharam diante de algumas promessas da Aliança Democrática tiveram a mesma atitude de subordinação com os governos que desfilaram após o golpe de 1964. Esse conjunto de Confederações e Federações que desejam se manter sob a proteção do Estado para não perder seus postos não tem legitimidade e nem representatividade para assinar nada em nome dos trabalhadores. Isto porque, nos momentos mais decisivos de luta dos trabalhadores, elas estiveram muito mais próximas da política dos patrões e dos governos do que dos interesses dos trabalhadores. Além disso, tais Confederações e Federações fizeram um papel, na história, mui-

to mais de controlar os trabalhadores do que de fazer avançar a sua organização sindical.

Em segundo lugar, tal atitude deve ser repudiada pelo fato de querer continuar esta linha de trabalho com a concordância com o pacto social que está sendo proposto. Tudo isto está expresso no documento lançado pelas Confederações e Federações em seu 1º Encontro realizado no início de novembro/84. Para confirmar isto vamos apenas citar alguns pontos do próprio documento:

- É necessário a "celebração de um pacto social de todos os segmentos da sociedade para um compromisso moralizador de esforços entre empregados e empregadores..." com o fim comum de chegar a "um equilíbrio e uma reconstituição da economia, por um período de tempo suficiente para construção de nossa autonomia econômica."

- Manutenção da Lei de Greve fazendo pequenas alterações: "redução do quorum da assembléia em segunda convocação", "redução para uma hora do intervalo entre a 1ª e 2ª convocação da assembléia", "redução do prazo de publicação de editais". Além disso, e o que é mais grave, em dois outros itens propõem que seja vedada a participação de outros trabalhadores no movimento grevista e pedem a colaboração das autoridades na manutenção da paralização. Isto significa, no primeiro caso, restringir as formas de solidariedade entre os trabalhadores de diversas categorias e acreditar, no segundo caso, que o governo vai utilizar as forças de segurança para defender os trabalhadores grevistas.

- Com relação à Reforma Agrária o documento afirma que é necessário propiciar "uma maior facilidade ao lavrador, através de uma reforma agrária equitativa". Nada propõe sobre quem deve fazer a reforma agrária e nem define o que é uma distribuição equitativa de terra deixando, desta forma, a questão muito vaga.

- Dívida externa; "ampliação dos prazos de amortização da dívida externa (principal e juros) para prazos de 10 a 15 anos." Ou seja, reconhecimento que nós trabalhadores é que fizemos a dívida e portanto devemos pagá-la em prestações mais módicas.

- Com relação aos salários o documento propõe "para os que percebem até cinco salários mínimos — 110% de correção" e "para os que percebem acima — 100% da referida correção". É bom lembrar que várias categorias já conquistaram o reajuste trimestral e estão assinando acordos acima desta proposta.

- Estas Confederações e Federações propondo para si mesmas um maior controle sobre a política salarial. Isto fica explícito quando propõem "que a entidade sindical (inclusive Confederações e Federações) possa substituir processualmente os integrantes da categoria, independentemente de outorga de poderes (não apenas os associados) na ação de cumprimento por não pagamento de salários ou não satisfação de condições de trabalho". Com isto ficam elas com o poder de interferir em assuntos da categoria limitando mais ainda o poder dos sindicatos e aumentando o controle sobre os sindicatos.

Portanto, para estas Confederações e Federações que assinaram o documento, pacto social e convivência social significa que os trabalhadores devem se submeter a um projeto econômico e político onde o arrocho e o controle da organização dos trabalhadores vão continuar. A CUT repudia a posição assumida por estas Confederações e Federações.

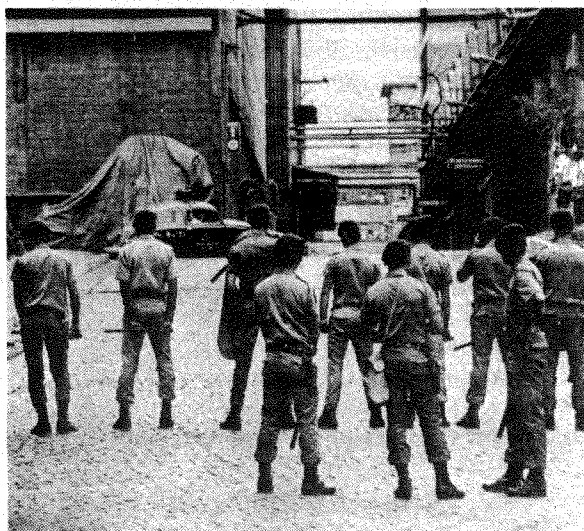
6. A proposta da CUT

Neste momento em que mais de 10 milhões de trabalhadores estão desempregados, mais de 5 milhões de bóias-frias estão jogando na miséria e na fome, mais de 90% das terras estão nas mãos de uns poucos capitalistas, mais de 80% dos trabalhadores



Elilana Assumpção/Agência Folhas

A repressão contra os bóias-frias (vila de trabalhadores sendo invadida em Guariba/SP) e os metalúrgicos (PM de São Paulo ocupa fábrica da Villares) mostram claramente que para os patrões, mesmo os que posam de democratas, as reivindicações dos trabalhadores são caso para a polícia.



Luciano Vision

estão ganhando um salário que não dá para a sobrevivência, neste momento em que ainda permanecem a intervenção federal no sindicato dos trabalhadores bancários de São Paulo, nos sindicatos dos metalúrgicos de Itu e Fortaleza, e que trabalhadores rurais e dirigentes sindicais estão sendo assassinados sem que os responsáveis sejam punidos, a CUT entende que não pode aceitar o pacto social que está sendo proposto.

Frente à proposta de pacto social articulada pela Aliança Democrática a CUT estabelece a seguinte posição:

- Não assumirá qualquer compromisso com o futuro governo no sentido de conter as lutas dos trabalhadores ou de subordiná-los a uma trégua em nome da chamada "consoli-

dação Democrática", isto é, da Aliança Democrática. O único compromisso da CUT é com a organização independente dos trabalhadores e com as suas lutas. Neste sentido e em defesa dos interesses dos trabalhadores a CUT rejeita a proposta de pacto social.

- A CUT também reafirma a continuidade da luta pela democracia pelo fim do regime militar, incluindo suas instituições (como o Colégio Eleitoral) e suas bases econômicas (a submissão ao imperialismo, aos acordos com o FMI, o arrocho, etc).

- A CUT também repudia as tentativas de divisão do movimento sindical, entre estas a atitude daquelas Confederações, Federações e outras entidades dispostas a concordar com a proposta de pacto social.

- Finalmente a CUT conclama o movimento sindical, a todas as entidades dos trabalhadores da cidade e do campo a lutarem por uma plataforma unitária de reivindicações. Neste processo a CUT apresenta aos trabalhadores a sua decisão de continuar a batalha pelas grandes reivindicações econômicas, pelos direitos sindicais e pelas reivindicações políticas definidas em seu 1º Congresso Nacional de agosto/84.

Companheiros da cidade e do campo, a CUT conclama a todos a dizer um Não ao Pacto Social, e a dar continuidade na batalha pela conquista de nossas reivindicações. Desencadear um amplo processo de luta e resistência é nossa meta em 1985.

A CUT SOMOS TODOS NÓS!

Lutar pelas reivindicações-já!

A CUT conclama a todos os trabalhadores da cidade e do campo a lutarem por:

• Reivindicações Econômicas:

- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário;
- Reajuste Trimestral;
- Salário Desemprego (70% do último salário percebido);
- Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores;
- Fim do arrocho salarial e reposição das perdas acumuladas;
- Revogação do decreto lei 2.100 (estatais);
- Limitação das prestações do BNH a 20% do salário.

• Reivindicações dos Direitos Sindicais:

- Liberdade e autonomia sindical com o reconhecimento do direito de greve e desatrelamento da estrutura sindical do Estado: revogação imediata do título V da CLT. Imediata ratificação da convenção 87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que dispõe sobre a liberdade e autonomia sindical;

- Fim da intervenção nos sindicatos e anistia dos diretores cassados;

- Reconhecimento legal da CUT (Central Única dos Trabalhadores) como órgão máximo de representação dos trabalhadores brasileiros;

- Unificação das datas-base.

• Reivindicações Políticas Gerais:

- Repúdio e boicote ao Colégio Eleitoral e por eleições livres e Diretas Já;

- Revogação da Lei de Segurança Nacional;

- Rompimento com o FMI e o não pagamento da dívida externa;

- Ampla e livre organização política e partidária;

- Contra a privatização das empresas estatais e órgãos públicos e a exigência de que qualquer alteração nestas empresas seja submetida à discussão e aprovação dos trabalhadores através de suas entidades representativas;

- Punição dos responsáveis e assassinos de sindicalistas e trabalhadores rurais.